

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Hugo Motta no jogo

A resposta do presidente da Câmara, Hugo Motta, ao tarifaço foi no sentido de se realinhar à esquerda. Num tom acima do que foi defendido pelo Palácio do Planalto, ele pregou a utilização da lei da reciprocidade. Até aqui, o governo vai apenas estudar o uso dessa legislação.

Onde mora o perigo

Quem acompanha de perto a questão do tarifaço considera que essas taxas impostas pelo governo dos Estados Unidos representam uma “verdadeira armadilha” para o presidente Lula. “De um lado, oferece ao presidente a oportunidade de bradar o discurso da soberania e de direcionar o debate para um adversário externo. De outro, se os efeitos econômicos da medida, especialmente sobre a inflação, chegarem ao bolso da população, o desgaste recairá sobre o próprio governo”, alerta o cientista político da Universidade de Brasília (UnB) Murilo Medeiros.

Por falar em tarifaço...

A ordem no governo brasileiro é continuar negociando o que for possível e buscando alternativas não só de mercados, mas organizar também respostas.

Feche a torneira

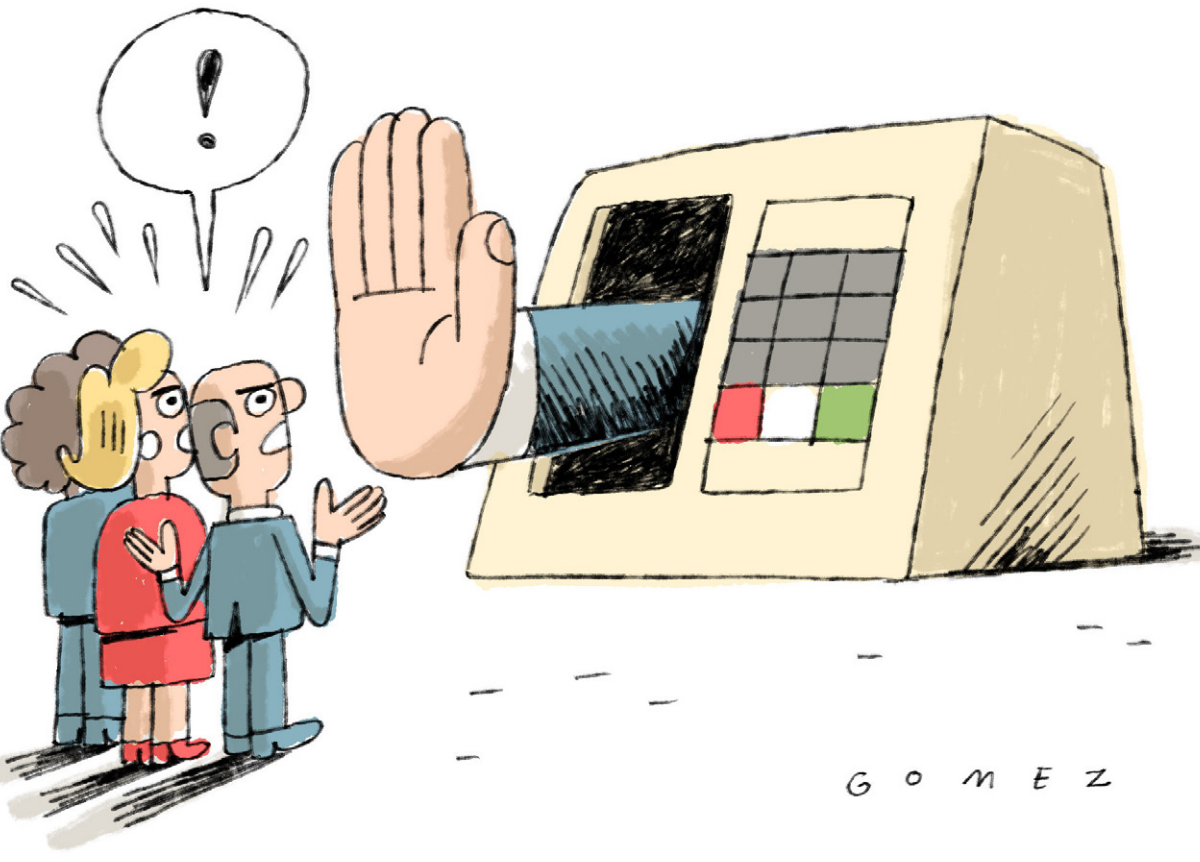
O presidente da Frente Parlamentar Contra a Pirataria (FPI), deputado Júlio Lopes (PP-RJ), trabalha para fortalecer a fiscalização de compras internacionais que chegam ao Brasil. Em ofício enviado à Receita Federal, o parlamentar sugere que o modelo de compra internacional, a Remessa Conforme, seja integrado à plataforma gov.br. O objetivo é cruzar as informações do cadastro do comprador e identificar possíveis fraudes no ato da aquisição. É uma estratégia para combater a pirataria via comprinhas em lojas estrangeiras.

Diferentes lados...

... Nesmo problema. Tal e qual o PL, o PT começa a ser criticado por querer monopolizar indicações para o Senado e governos locais, especialmente, no Distrito Federal. Muitos partidos de esquerda têm reclamado que os petistas defendem “frente ampla”, mas querem ter candidato ao governo e ao Senado — no caso do DF, Leandro Grass e Érika Kokay. O PSB, por exemplo, que o PT ainda sonha em atrair oferecendo uma vaga ao Senado ao pré-candidato a governador Ricardo Cappelli, já avisou que não tem recuo na candidatura ao GDF. Do alto de quem conhece de perto a área de segurança, na qual foi interventor logo após a

tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, Cappelli está terminando a elaboração do programa de governo, e o partido não abre mão da candidatura.

Enquanto isso, no PL.../ Os filiados do período anterior à chegada de Jair Bolsonaro ao partido têm encontrado dificuldades em emplacar nomes mais distantes do bolsonarismo, seja para o Senado, seja para deputado federal. Mesmo em prisão domiciliar, logo, proibido de fazer campanha para seus candidatos, o ex-presidente mantém a força das indicações.



CURTIDAS

Que comecem as eleições/ Com o fim da Copa do Mundo, os políticos elevaram a presença nas redes sociais. Os petistas, por exemplo, intensificaram o trabalho de falar mal do pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL-RJ). “Se ‘Flávio Rachadinha’ ganhasse as eleições, quem mandaria no Brasil seria Donald Trump. Está muito claro, Flávio só defende os interesses norte-americanos”, disse nas redes o ex-deputado Geraldo Magela (PT-DF).

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Jogada de risco/ Políticos que acompanham a distância os movimentos do PT veem um problema logo ali na frente: se o eleitorado largar Flávio Bolsonaro e abraçar Ronaldo Caiado ou Romeu Zema, que têm experiência administrativa, acreditam que Lula terá mais dificuldades de vencer.

O cálculo do centro/ Se Jair Bolsonaro perdeu estando no cargo, com a máquina federal em mãos, o desafio de Flávio será muito maior.

Muito além dos soluços/ As últimas notícias a respeito de Jair Bolsonaro indicam que a crise de soluços não é o único problema do ex-presidente por esses dias. O pior de todos é a depressão.

JUDICIÁRIO

Moraes determina que apenas médicos, fisioterapeutas e advogados possam visitar a casa do ex-presidente Jair Bolsonaro

Sem visitas “político-eleitorais”

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), restringiu vistas ao ex-presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o despacho, publicado na noite de ontem, apenas advogados, fisioterapeutas e médicos estão autorizados a frequentar a residência dele. O magistrado vetou qualquer visita com intenção político-eleitoral até o fim do pleito deste ano, que ocorre em outubro. A determinação inviabiliza que o ex-chefe do Executivo receba o presidente argentino, Javier Milei, como foi pedido pela defesa.

Moraes acolheu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que defendeu, em parecer enviado à Corte, que Bolsonaro fosse mantido em prisão domiciliar humanitária.

O órgão, no entanto, entende que a “Carta aos Brasileiros”, escrita por ele e divulgada pelo filho, o

senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), na semana passada, violou medida cautelar e teve Cunha eleitoral. Apesar de pedir que o regime domiciliar seja mantido, a Procuradoria solicita que sejam adotadas outras medidas, como a restrição de visitas que possam “veicular interferência no momento eleitoral”. A carta, lida na semana passada, provocou pedidos da oposição para que o ex-presidente fosse mandado de volta para cumprir pena em regime fechado.

“Decerto que não se pode negar à carta de autoria do beneficiado, entregue pessoalmente ao seu filho, o intuito de vê-la divulgada a um público alargado. É essa a explicação para o ato que as circunstâncias — inclusive a do momento político-eleitoral — compelem”, afirma a PGR.

O Ministério Público concordou com a decisão de Moraes que suspendeu por 90 dias as visitas de Flávio ao pai, e destacou que ficou evidente que a carta foi entregue com

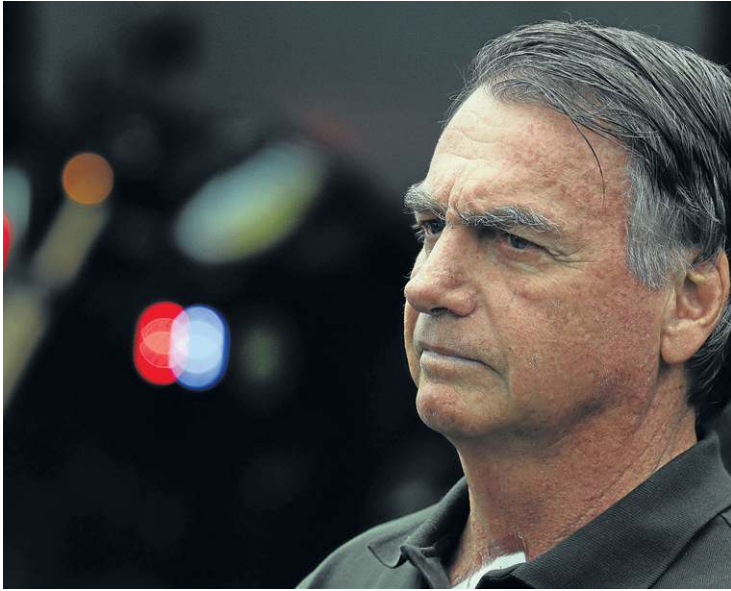
a intenção de ser divulgada.

“A carta, de autoria não disputada, teve o inequívoco intuito de alcançar e influenciar o público com interesse no processo eleitoral deste ano. O seu teor literal também o confirma. O autor se dirige ‘aos brasileiros’ e designa Flávio Bolsonaro, como seu ‘porta-voz’, declarando apoio expresso à pré-candidatura deste seu filho à Presidência da República”, completa o texto. No Supremo, a defesa de Bolsonaro alegou que o cliente não sabia que a carta entregue a Flávio seria lida em público e publicada nas redes sociais.

Calúnia contra Lula

Também ontem, Moraes determinou que a Polícia Federal tome o depoimento de Flávio no próximo dia 28, às 14h. A oitiva será no âmbito do processo que avalia se o parlamentar cometeu crime de calúnia contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



A decisão do ministro deve inviabilizar a visita de Milei ao ex-presidente

Moraes havia determinado que a defesa do senador apresentasse data e horário de acordo com o interesse do cliente. Como não

houve resposta, o ministro fixou o dia. “A defesa do investigado limitou-se a solicitar à autoridade policial a renovação do prazo para

a realização da oitiva do senador Flávio Bolsonaro e a disponibilização de novas datas, com antecedência razoável, para o andamento da diligência, sem apresentar, contudo, qualquer comprovante da impossibilidade de andamento no período disponibilizado”, escreveu Moraes, no despacho.

Em postagem na rede social X (antigo Twitter), Flávio ligou Lula ao tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. A publicação ocorreu em janeiro deste ano. O senador afirmava que o petista seria delatado pelo ditador Nicolás Maduro — capturado e preso pelos Estados Unidos.

A PGR defendeu que uma retratação poderia encerrar o caso. “Remanesce a necessidade de oitiva do Sr. Flávio Nantes Bolsonaro, medida de especial relevância, sobretudo em razão da possibilidade de retratação, capaz de isentar o investigado de pena”, afirma o documento assinado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

ELEIÇÕES

Segurança para os presidenciais

» CAETANO YAMAMOTO*

A Polícia Federal preparou uma operação nacional para garantir a segurança dos candidatos à Presidência da República a partir da próxima segunda-feira. A estrutura tem potencial para atender, simultaneamente, até 10 postulantes ao Planalto, com equipes especializadas e atuação em todos os estados. A ação é coordenada pela Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP).

Serão mobilizados até 458 servidores, entre agentes de proteção,

chefes de equipe e profissionais das áreas de inteligência e de logística, além do apoio das superintendências regionais da Polícia Federal em todas as unidades da Federação.

A proteção poderá ser iniciada após a homologação das candidaturas nas convenções partidárias e a formalização da solicitação pelas respectivas campanhas. Até agora, há 12 pré-candidatos para a corrida eleitoral: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Flávio Bolsonaro (PL), Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo), Renan Santos (Missão),

Saiba mais

Classificação de risco

Por razões operacionais, a Polícia Federal não divulgará a classificação de risco atribuída a cada candidato nem o número de servidores destinado a

cada equipe.

Cada candidatura terá um planejamento próprio, elaborado a partir da análise de risco e atualizado conforme a evolução das ameaças e as características de cada compromisso.

Antes das agendas, equipes precursoras fazem o reconhecimento dos locais e

articulam as medidas necessárias com as forças de segurança estaduais e municipais, segundo a corporação.

A adesão ao serviço é uma decisão do candidato — campanhas que optarem por não utilizá-lo terão a decisão respeitada, mas poderão voltar atrás a qualquer momento.

Augusto Cury (Avante), Cabo Daciolo (Mobiliza), Edmilson Costa (PCB), Hertz Dias (PSTU), Rui Costa Pimenta (PCO), Samara Martins (UP) e Leonardo Avalanche (PRTB).

Uma operação foi estruturada para garantir tratamento isonômico a

todas as candidaturas, com aplicação dos mesmos critérios técnicos e protocolos de segurança. O efetivo e os recursos empregados serão definidos de forma individualizada, de acordo com o nível de risco e com as características de cada agenda.

A estrutura prevê, conforme a avaliação de cada agenda, uso de veículos blindados, grupos táticos, equipamentos de defesa antidrone, reconhecimento facial, monitoramento de ameaças digitais e kits para vistorias antibombas.

Além disso, a ação foi precedida por um conjunto diversificado de ações de capacitação preparatória: ao todo, mais de 600 profissionais foram formados ou aperfeiçoados entre 2025 e 2026, em competências que vão desde direção veicular, primeiros socorros, operação de drones e salvamento aquático até formação específica em proteção à pessoa e procedimentos próprios da segurança de presidenciais.

A operação de segurança dos candidatos recebeu aproximadamente R\$ 95 milhões para sua execução, a serem empregados na mobilização dos servidores e na contratação de serviços necessários.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa